

**EMENDA A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 02, DE 2023**

**Estabelece regras para o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Buritis/RO de acordo com a Emenda Constitucional Nº 103/2019 e dá outras providências.**

A Câmara Municipal de Buritis, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei, Promulga:

**Art. 1º** Altera o artigo 86 da Lei Orgânica do Município de Buritis/RO passa a ter a seguinte redação:

“Art. 86. Os servidores públicos do Município de Buritis/RO ocupantes de cargo efetivo serão vinculados ao seu Regime Próprio de Previdência Social.”

“Parágrafo Único: Os servidores públicos do Município de Buritis/RO não ocupante de cargo efetivo serão vinculados ao Regime Geral de Previdência Social.”

**Art. 2º** Ficam acrescidos na Lei Orgânica do Município de Buritis/RO aos artigos 86-A, 86-B e 86-C com as seguintes redações:

“Art. 86-A”. Nos termos do inciso III, § 1º do artigo 40 da Emenda Constitucional 103, de 12 de novembro de 2019, o servidor público do Município de Buritis abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado, aos 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em Lei Complementar.

“Parágrafo Único: O Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos ocupantes de cargo efetivo do Município de Buritis (RPPS) será instituído por meio de Lei Complementar de iniciativa do Poder Executivo que definirá os critérios de sua gestão bem como os demais requisitos concessórios para os benefícios previdenciários por ele concedido.”

“Art. 86-B. O Município de Buritis, por Lei de iniciativa do Executivo, poderá instituir regime de previdência complementar para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, observado o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social para o valor das aposentadorias e das pensões em regime próprio de previdência social,





MUNICÍPIO DE BURITIS  
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

ressalvado o disposto no § 16 do artigo 40 da CF com redação da EC nº 103/2019.”

“Art. 86-C. Por meio de Lei Complementar, de iniciativa do Poder Executivo, o Município poderá instituir contribuição extraordinária para custeio do RPPS, nos termos dos §§ 1º-B e 1º-C do art. 149 da Constituição Federal, observado o disposto no inciso X do § 22 do art. 40 da Constituição Federal e no § 8º do art. 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 2019.”

**Art. 3º** Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação

**Art. 4º** Ficam revogadas as disposições em contrário.

Mesa Diretora da Câmara Municipal de  
Buritis - RO, aos vinte e dois dias do mês  
de dezembro do ano de dois mil e vinte  
e três

  
Moisés Paulo da Costa  
Presidente

  
João Orlando Bernardino da Silva  
Vice Presidente

  
Renato Leites Dos Santos  
1º Secretário

  
Lucas Luiz de Cristo Teixeira  
2º Secretário

Publicado no Mural  
Câmara Municipal de Buritis

De: 22/12/23 A: 21/01/24  
Machia